

Entre o público e o privado: o paradoxo das escolas públicas no Haiti.

Maxo St Victor y Vera Lucia Martiniak.

Cita:

Maxo St Victor y Vera Lucia Martiniak (2025). *Entre o público e o privado: o paradoxo das escolas públicas no Haiti*. Editora Scienceduc, 1 (1), 1-14.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/maxo.st.victor/12>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pxZC/sOq>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: O PARADOXO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO HAITI

DOI: 10.5281/zenodo.15389288

Maxo St Victor¹

Doutorando de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual de de Ponta Grossa

240302100000@uepg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2872105903344770>

Vera Lucia Martiniak²

Professora de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual de de Ponta Grossa

vlmartiniak@uepg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2586663143728140>

AT01: Educação Inclusiva e Políticas Públicas.

RESUMO: No Haiti, o conceito de escola pública é frequentemente associado à ideia de gratuidade e acesso universal à educação. No entanto, a realidade cotidiana de muitas famílias revela um cenário contraditório, no qual escolas consideradas públicas exigem o pagamento de mensalidades, ainda que em valores inferiores aos das instituições privadas. Esse paradoxo compromete a efetivação do direito à educação, especialmente entre os grupos sociais mais vulneráveis. Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente o modelo das escolas públicas haitianas, com ênfase nas implicações sociais, econômicas e educacionais da cobrança de taxas em instituições que, teoricamente, deveriam ser gratuitas. A metodologia adotada baseia-se em revisão bibliográfica crítica, com foco em documentos acadêmicos e relatórios institucionais recentes sobre a educação no Haiti. Os resultados indicam que essa prática, embora naturalizada, aprofunda a exclusão educacional, gerando impactos negativos na trajetória escolar de crianças e adolescentes que vivem em situação de pobreza. A discussão aponta para a necessidade de repensar as políticas públicas voltadas à educação no país, de modo a assegurar a inclusão real e o respeito aos direitos humanos. Conclui-se que é urgente desconstruir a falsa ideia de gratuidade das escolas públicas haitianas, propondo alternativas que garantam o acesso universal, equitativo e gratuito à educação básica como direito inalienável de todas as crianças.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Escola pública; Exclusão escolar; Haiti; Políticas educacionais.

1. INTRODUÇÃO

A educação é amplamente reconhecida como um direito humano fundamental e uma ferramenta estratégica para a promoção da equidade social e do desenvolvimento sustentável. No contexto haitiano, entretanto, o sistema educacional enfrenta desafios históricos e estruturais que comprometem o acesso universal à educação, especialmente no que tange à gratuidade e à inclusão.

Embora existam instituições classificadas oficialmente como públicas, estas frequentemente requerem o pagamento de mensalidades ou taxas para matrícula e permanência

dos estudantes, o que contradiz o princípio de gratuidade previsto nas diretrizes internacionais e nas políticas educacionais que visam garantir esse direito a todos.

Tal realidade configura um paradoxo entre a designação institucional e a prática cotidiana, afetando diretamente os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Este artigo tem como objetivo analisar criticamente o modelo das escolas públicas no Haiti, evidenciando como a cobrança de mensalidades nessas instituições compromete a efetivação do direito à educação e aprofunda as desigualdades escolares.

A pergunta que orienta esta pesquisa é: como a estrutura das escolas públicas no Haiti, ao exigir pagamento, impacta a efetivação do direito à educação e a promoção da inclusão escolar? A hipótese que se levanta é a de que a cobrança nas escolas públicas haitianas constitui uma forma de exclusão sistêmica, que impede o acesso pleno à educação básica, sobretudo entre as populações mais pobres.

A metodologia utilizada fundamenta-se em uma revisão bibliográfica crítica, articulando documentos institucionais, relatórios de organismos internacionais e estudos acadêmicos sobre as políticas educacionais haitianas.

Foram selecionadas produções recentes que analisam os obstáculos ao acesso educacional e as contradições do sistema público de ensino no país, como Jean-Baptiste (2019), que discute a relação entre Estado, escola e desigualdade; FAFO (2021), ao examinar barreiras ao acesso e perspectivas de reforma; López e Oliveira (2020), que abordam os efeitos das políticas públicas na exclusão educacional latino-americana; e estudos com abordagens interseccionais como os de Crenshaw (2017), que ajudam a compreender os múltiplos fatores de exclusão que atravessam o campo educacional.

Justifica-se a importância desta análise pelo fato de que o discurso de gratuidade nas escolas públicas do Haiti esconde práticas que reproduzem desigualdades históricas e violam os princípios básicos da educação como direito humano. Ao lançar luz sobre essa contradição, busca-se contribuir para a formulação de políticas públicas que promovam uma educação verdadeiramente inclusiva, gratuita e acessível a todos.

O artigo está organizado em sete seções: esta introdução já é a primeira seção e a metodologia a segunda; a terceira apresenta o conceito da escola pública e o contexto da educação pública no Haiti; a quarta discute as contradições entre teoria e prática nas Escolas Públicas haitianas; a quinta analisa os impactos da exclusão educacional; a sexta apresenta os resultados e a discussão sobre políticas públicas inclusivas; e a última seção traz as considerações finais e encaminhamentos para futuras pesquisas.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica crítica e análise documental. Para entender as contradições do sistema educacional público no Haiti e os impactos da cobrança de mensalidades nas escolas públicas, foram selecionadas fontes acadêmicas, relatórios institucionais e documentos de organismos internacionais que abordam o acesso à educação no país.

A revisão bibliográfica concentrou-se em estudos recentes que discutem a dinâmica da educação no Haiti, os desafios de acesso e as políticas públicas de educação. Foram incluídos trabalhos de autores haitianos e de pesquisadores internacionais que analisam as dimensões políticas, sociais e econômicas da educação no contexto haitiano, como Jean-Baptiste (2019) e FAFO (2021).

Esses estudiosos analisam a conexão entre o Estado e a educação, destacando os obstáculos que dificultam o acesso universal e evidenciam as desigualdades presentes no sistema educacional do Haiti. Além disso, a pesquisa incorporou a análise de relatórios institucionais de organizações internacionais, como o UNICEF e o Banco Mundial, que frequentemente publicam diagnósticos sobre o estado da educação no Haiti.

Tais documentos fornecem uma visão crítica e abrangente das condições das escolas, especialmente no que diz respeito ao acesso e à qualidade do ensino. O relatório do UNICEF (2020) sobre educação no Haiti, por exemplo, destaca as disparidades regionais e sociais que afetam o acesso dos estudantes a uma educação de qualidade.

Foram analisados também estudos de organizações como a FAFO (2021), que examinam as barreiras à educação e propõem reformas para melhorar o sistema educacional haitiano. Este tipo de fonte contribui com uma análise comparativa entre as políticas educacionais do Haiti e de outros países da região, permitindo uma compreensão mais ampla das dinâmicas locais e internacionais que moldam a educação no país.

A pesquisa utilizou ainda a abordagem teórica da interseccionalidade, conforme discutido por Crenshaw (2017), para compreender as múltiplas dimensões da exclusão educacional no Haiti. A análise considerou fatores como classe social, gênero, e localidade, que influenciam diretamente o acesso à educação no país.

A metodologia adotada permite uma compreensão detalhada das contradições no sistema educacional haitiano, ao integrar uma análise crítica das fontes secundárias com o objetivo de contribuir para o debate sobre políticas públicas educacionais que garantam a efetiva

gratuidade e inclusão das escolas públicas.

3. ESCOLA PÚBLICA E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO HAITI

3.1 O Conceito da Escola Pública

Historicamente, a educação pública tem sido entendida como uma materialização do direito à educação, reconhecido por constituições nacionais e por diversos tratados internacionais como um direito humano essencial.. Mais do que um simples serviço prestado pelo Estado, ela representa uma política estruturante para a construção de sociedades democráticas, justas e inclusivas (UNESCO, 2020b; ONU, 2015).

Ao ser financiada com recursos públicos e gerida por instituições estatais, a escola pública tem como missão garantir o acesso universal, gratuito, laico e de qualidade ao ensino para todos, independentemente de origem social, gênero, etnia, território ou deficiência (Crahay, 2017; Laval, 2019).

Segundo Laval (2019), a escola pública deve ser entendida como uma instituição republicana que visa à formação do cidadão autônomo, dotado de capacidades críticas e cognitivas que o habilitem a participar plenamente da vida política, social e econômica. A universalidade do acesso, a gratuidade do ensino e a laicidade da gestão são seus princípios estruturantes, pois asseguram que a educação seja um bem comum e não uma mercadoria sujeita às leis do mercado.

A esse respeito, Frigotto (2017) adverte que a mercantilização do ensino compromete o caráter público da escola, enfraquecendo seu compromisso com a justiça social e a equidade. Crahay (2017) acrescenta que o caráter público da escola não se resume à sua estrutura de financiamento e gestão, mas inclui também sua função de construir igualdade de oportunidades, reduzir desigualdades históricas e garantir a formação integral dos sujeitos.

Isso implica uma concepção pedagógica comprometida com a inclusão, a diversidade e a valorização dos saberes plurais, contrapondo-se a modelos excludentes e meritocráticos que perpetuam hierarquias sociais e culturais. Organismos como a UNESCO (2020b) e a UNICEF (2021) reforçam que os sistemas educacionais públicos devem ser capazes de enfrentar as múltiplas formas de exclusão que afetam milhões de crianças e adolescentes no mundo.

Essas instituições ressaltam que não basta apenas disponibilizar vagas; é fundamental assegurar condições concretas para a permanência dos estudantes e para uma aprendizagem de qualidade, o que exige políticas públicas articuladas, investimentos estatais constantes e uma gestão escolar pautada na participação democrática (UNESCO, 2021; UNICEF, 2022).

Na América Latina, autores como López e Oliveira (2020) evidenciam como a ausência de uma infraestrutura pública robusta e a crescente dependência de financiamento externo ou privado agravam as desigualdades educacionais. Essa realidade revela um processo de enfraquecimento do papel do Estado na garantia do direito à educação, associado a um modelo de privatização indireta do ensino público, especialmente nos contextos de maior vulnerabilidade.

Nos últimos anos, estudos recentes como os de Verger et al. (2022) e Torres (2021) vêm denunciando o avanço de políticas neoliberais que reconfiguram o sentido da educação pública, transferindo responsabilidades do Estado para a sociedade civil, o setor privado e organizações não governamentais. Essa tendência, observada em diversos países do Sul Global, compromete a construção de sistemas educacionais equitativos, e impõe novos desafios para os defensores da educação como direito e não como privilégio.

Portanto, a concepção de educação pública vai além de sua definição administrativa. Trata-se de um projeto ético e político que articula princípios de justiça social, equidade e solidariedade, assumindo um papel central na superação das desigualdades e na construção de sociedades mais democráticas. Sua realização efetiva exige não apenas recursos financeiros adequados, mas também vontade política, marcos regulatórios consistentes e o fortalecimento de uma cultura educacional baseada na inclusão e nos direitos humanos.

3.2 O Contexto da Educação Pública no Haiti

No Haiti, a definição institucional de escola pública entra em contradição com a realidade prática, marcada frequentemente pela exigência de mensalidades ou outras taxas como condição para matrícula e permanência dos estudantes.

Conforme analisa Jean-Baptiste (2019), embora o Estado haitiano tenha o compromisso de oferecer educação gratuita, grande parte da gestão das escolas públicas é transferida para comunidades locais ou organizações não governamentais, numa lógica de descentralização que enfraquece a responsabilidade direta do poder público.

Essa estrutura descentralizada resulta em instituições que, embora classificadas como públicas, operam sob moldes semelhantes aos das escolas privadas, cobrando valores para custear despesas operacionais. Em diversas regiões do país, famílias em situação de vulnerabilidade são obrigadas a arcar com custos relacionados a materiais escolares, uniformes e taxas de matrícula, que por vezes se equiparam aos valores cobrados em escolas privadas (FAFO, 2021).

Tal realidade compromete profundamente os princípios da universalidade e da gratuidade, criando barreiras adicionais para o acesso à educação. Ao se confrontar o sistema educacional haitiano com os critérios que caracterizam plenamente uma escola pública, torna-se evidente que faltam elementos fundamentais como financiamento estatal consistente e gestão pública efetiva.

O resultado é um sistema híbrido, em que a privatização indireta de serviços essenciais compromete o cumprimento do direito à educação. Compreender as dinâmicas atuais da educação pública no país exige um olhar atento aos fatores históricos, institucionais e socioeconômicos que moldaram o sistema de ensino nas últimas décadas.

Desde o pós-independência, o Haiti enfrenta entraves estruturais que dificultam a universalização da educação básica, intensificados por turbulências políticas contínuas, catástrofes naturais e instabilidade econômica (JEAN-BAPTISTE, 2019; ST VICTOR, MARTINIAK, 2024). Esses elementos resultam em um sistema educacional fragmentado e desigual, com profundas disparidades regionais e institucionais.

Segundo dados do MENFP¹, “aproximadamente 80% das escolas no Haiti são privadas – muitas vezes comunitárias, confessionais ou subsidiadas –, enquanto apenas cerca de 20% são públicas estatais” (HAITI, 2021). Essa concentração de responsabilidades no setor privado sobrecarrega as instituições estatais, que enfrentam limitações estruturais e orçamentárias significativas.

A ausência de um financiamento público sustentável favorece a prática generalizada de cobrança de taxas nas escolas públicas, em contradição com os princípios constitucionais e os compromissos internacionais firmados pelo país no campo dos direitos humanos e da educação (UNICEF, 2022; FAFO, 2021). Esse paradoxo entre a retórica da gratuidade universal e a prática excludente revela obstáculos significativos à inclusão escolar, afetando principalmente as populações mais vulneráveis.

Diante desse cenário, o sistema educacional haitiano se apresenta como reflexo de uma lógica de exclusão estrutural e de desresponsabilização estatal, o que impõe desafios à efetividade e à equidade das políticas públicas em vigor. A presente análise insere-se nesse contexto, ao discutir criticamente as implicações da cobrança em escolas públicas para o direito à educação e a justiça social no país.

¹ Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional (Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle).

4. CONTRADIÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS HAITIANAS

A legislação haitiana, por meio da Constituição de 1987 e da Lei Orgânica da Educação de 2014, estabelece que a educação fundamental deve ser gratuita e obrigatória para todas as crianças. A definição de escola pública no Haiti está prevista no Artigo 32 da Constituição de 1987, que atribui ao Estado a responsabilidade de garantir educação gratuita em todos os níveis para todos os cidadãos (HAITI, 1987).

Essa diretriz, reforçada pelo Plano Década de Educação para Todos (2017–2027), promovido pelo Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle (MENFP), visa garantir o acesso universal à educação de qualidade no país. No entanto, a prática cotidiana nas escolas públicas revela profundas contradições com esse marco legal e político.

Embora a política oficial promova a gratuidade, a maioria das escolas públicas no Haiti exige pagamentos diversos que vão desde taxas de matrícula até contribuições periódicas para manutenção da escola e remuneração de professores contratados diretamente pelas comunidades. No artigo 3 da lei de 2009 sobre a regulamentação das taxas escolares, o MENFP especifica que “as taxas exigidas cobrem prioritariamente as seguintes áreas: água potável, eletricidade, materiais para exames, materiais de trabalho (carteiras, giz, apagador), kits de higiene, esporte, despesas com seguro e sanitários” (HAITI, 2017).

Apesar da aprovação dessa lei pelo Senado da República do Haiti em 2009, ela só foi publicada em 2017 no jornal oficial da República, *Le Moniteur*. O artigo primeiro dessa lei regula as taxas escolares, reorientando certas instituições escolares haitianas que exigem o pagamento em moeda estrangeira, especialmente o dólar americano. "Todas as taxas escolares devem ser pagas em moeda nacional" (HAITI, 2017).

Essa medida visava principalmente as escolas privadas, que não apenas aumentam regularmente os custos escolares, mas também exigem que os alunos comprem na própria escola os materiais recomendados (livros, cadernos, uniformes, sapatos), cujos preços, na maioria das vezes, são fixados em dólares. O fato de o sistema educacional haitiano ser dominado por escolas privadas permite que os responsáveis por essas instituições imponham suas próprias regras em relação às taxas escolares.

Segundo o Relatório Nacional de Diagnóstico Educacional do Haiti (HAITI, 2018), mais de 80% das escolas ditas públicas operam com alguma forma de cobrança, o que compromete seriamente a efetividade do direito à educação gratuita. Além disso, o sistema de

financiamento educacional permanece insuficiente e desigual.

De acordo com o UNICEF (2021), apenas 14% das escolas do país são públicas de fato, sendo que o restante é composto por instituições privadas ou comunitárias, muitas vezes não regulamentadas. Em 2024, através de uma nota oficial em seu site, o MENFP informou que o Estado assumirá integralmente os custos relativos ao Ensino Fundamental (1º e 2º ciclos), destinando uma verba de 400 gourdes² por aluno.

No entanto, “para o 3º ciclo do Ensino Fundamental (Escolas Nacionais) e o Ensino Secundário (Liceus), as taxas escolares são fixadas em 1500 gourdes por aluno” (HAITI, 2024a). Para a inscrição nos exames oficiais, o MENFP exige taxas obrigatórias tanto dos alunos das escolas públicas quanto das escolas privadas. O valor para a inscrição dos candidatos nos exames, que ocorreram de segunda-feira, 4, a sexta-feira, 29 de novembro de 2024, foi fixado em 2000 gourdes por candidato (HAITI, 2024b).

A falta de investimentos públicos adequados impede o cumprimento das normas estabelecidas pelas políticas nacionais e internacionais voltadas à inclusão e equidade, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (UNESCO, 2020a). Essas contradições entre teoria e prática revelam não apenas falhas de implementação, mas também uma crise estrutural no modelo de gestão educacional haitiano.

Enquanto o discurso político reforça o ideal de uma educação pública, gratuita e universal, a realidade expõe um sistema fragmentado e excludente, sustentado por famílias já vulnerabilizadas economicamente. Nesse cenário, o que se apresenta como escola pública se distancia de seu ideal normativo e contribui para a reprodução de desigualdades históricas.

5. OS IMPACTOS DA EXCLUSÃO EDUCACIONAL

5.1 Impactos Sociais da Cobrança de Mensalidades

A imposição de custos nas escolas públicas haitianas tem efeitos profundos sobre o acesso, a permanência e o sucesso escolar de crianças e adolescentes, especialmente entre os grupos socialmente vulneráveis. A cobrança de mensalidades, mesmo em valores reduzidos, representa uma barreira significativa para muitas famílias, sobretudo em zonas rurais ou periferias urbanas onde o índice de pobreza é elevado e a informalidade econômica prevalece.

Relatórios de organizações internacionais, como o *Education Cannot Wait* (2022), indicam que os custos diretos e indiretos da educação pública no Haiti estão entre os principais

² A gourde é a moeda oficial do Haiti.

fatores de evasão escolar. Além da mensalidade, as famílias precisam arcar com uniformes, materiais didáticos e transporte, o que compromete a renda disponível e força escolhas difíceis entre necessidades básicas. Em muitos casos, meninas são as primeiras a serem retiradas da escola, reproduzindo desigualdades de gênero históricas (UNESCO, 2020a).

A exclusão educacional provocada por esses encargos impacta também o desenvolvimento social do país. A permanência de crianças e adolescentes fora da escola por longos períodos fragiliza os vínculos com a comunidade e aumenta a vulnerabilidade ao trabalho infantil, à violência e a outras formas de exploração. Conforme destaca Derosiérs (2019), essa exclusão perpetua um ciclo de marginalização, em que a falta de formação educacional limita o acesso ao mercado de trabalho e à cidadania plena.

Do ponto de vista das políticas públicas, a cobrança nas escolas públicas agrava as desigualdades sociais já existentes, gerando uma segmentação no sistema educacional. Enquanto famílias com maior poder aquisitivo conseguem garantir uma trajetória educacional mais estável, as populações empobrecidas enfrentam trajetórias fragmentadas e desiguais. Nesse contexto, a educação deixa de ser um instrumento de inclusão social para tornar-se mais um fator de reprodução da desigualdade (López; Oliveira, 2020).

A análise dos impactos sociais da cobrança de mensalidades em escolas públicas haitianas revela, portanto, um problema que transcende o âmbito educacional. Trata-se de uma questão estrutural que exige uma reconfiguração do modelo de financiamento e gestão do sistema público, com vistas à promoção de justiça social e equidade no acesso ao direito à educação.

5.1.1 Desigualdade no Acesso à Educação

A exigência de pagamento em escolas públicas no Haiti contribui diretamente para a intensificação das desigualdades sociais no acesso à educação. De acordo com o relatório do UNICEF (2022), aproximadamente 50% das crianças haitianas não frequentam a escola regularmente, sendo a incapacidade financeira uma das principais causas dessa exclusão.

A situação é agravada em zonas rurais e periferias urbanas, onde a presença do Estado é limitada e os recursos destinados à educação são escassos. Segundo a FAFO (2021), a descentralização da gestão escolar e a fragilidade institucional favorecem práticas desiguais, com escolas públicas que funcionam na prática como instituições privadas de baixo custo.

Esse modelo híbrido reforça a seletividade do sistema e compromete o princípio da universalidade do direito à educação básica. Além disso, a exigência de pagamento implica

decisões familiares difíceis, como escolher qual filho poderá frequentar a escola ou priorizar o trabalho infantil para gerar renda. Isso compromete o desenvolvimento pleno das crianças e perpetua a reprodução de desigualdades sociais.

Como apontam Jean-Baptiste (2019) e Bellegarde (2020), a estrutura atual da educação pública haitiana está distante de assegurar inclusão e equidade, exigindo reformas estruturais urgentes para garantir o acesso universal e gratuito à educação básica.

5.1.2 Reproduções de Exclusão e Ciclos de Pobreza

A cobrança de mensalidades nas escolas públicas haitianas aprofunda a exclusão educacional e contribui para a manutenção de ciclos intergeracionais de pobreza. A dificuldade de acesso à educação por parte das camadas mais vulneráveis da população não apenas limita oportunidades individuais, como também fragiliza o desenvolvimento social e econômico do país.

Pesquisas indicam que a educação desempenha um papel central na promoção da mobilidade social e que sua exclusão sistemática contribui para a perpetuação das desigualdades estruturais (López; Oliveira, 2020). Quando o acesso à escola depende da capacidade financeira das famílias, a lógica do mérito é substituída por uma lógica de privilégio.

Crianças de famílias pobres tendem a abandonar os estudos precocemente, inserindo-se em trabalhos informais e de baixa remuneração, o que contribui para perpetuar a pobreza (JEAN-BAPTISTE, 2019). Essa realidade se agrava em contextos de instabilidade política e econômica, como ocorre historicamente no Haiti, onde o sistema educacional é insuficientemente financiado e fortemente dependente de organizações não governamentais e ajuda internacional (UNESCO, 2021).

Além disso, a exclusão do sistema educacional impacta diretamente a cidadania plena, já que limita o acesso à informação, ao pensamento crítico e à participação democrática. Conforme argumenta Crenshaw (2017), as interseccionalidades entre classe, raça, gênero e território agravam as desigualdades, tornando a exclusão escolar um fenômeno ainda mais complexo. A superação desses ciclos exige políticas públicas estruturantes que garantam acesso gratuito, contínuo e com qualidade a todos os segmentos da população.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da presente pesquisa consistem em uma sistematização crítica sobre o modelo de escolas públicas no Haiti, especialmente no que se refere à sua estrutura financeira,

acesso e impactos sociais. A análise bibliográfica e documental permitiu identificar características distintas do sistema educacional haitiano, que, embora intitulado “público”, exige contrapartidas financeiras das famílias, o que a distância dos princípios de gratuidade e universalidade preconizados por organismos internacionais e pela própria legislação nacional.

Dentre os principais achados, destaca-se que as escolas públicas haitianas, ao cobrarem mensalidades, criam um modelo híbrido que combina elementos do setor público com práticas tipicamente privadas. Essa estrutura compromete o direito à educação de crianças em situação de vulnerabilidade social, intensificando desigualdades e excluindo segmentos significativos da população estudantil.

Verificou-se também que a justificativa governamental para a cobrança — a insuficiência de recursos públicos — não elimina a responsabilidade do Estado em garantir o acesso universal à educação básica, conforme previsto por diretrizes internacionais como o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030 (UNESCO, 2021).

A partir dos dados qualitativos extraídos dos relatórios do MENFP, da FAFO (2021) e da UNICEF (2022), observou-se uma forte correlação entre a cobrança de mensalidades e os baixos índices de matrícula e permanência escolar nas zonas rurais e periféricas. Esses dados indicam que as políticas educacionais atuais, embora apresentem discursos favoráveis à inclusão, mantêm práticas excludentes que reproduzem a pobreza estrutural e os ciclos de desigualdade social.

As análises revelam ainda que crianças com deficiências, meninas e crianças negras em contextos de pobreza extrema são as mais impactadas por essa lógica de exclusão. Os resultados discutidos apontam para a necessidade de revisão estrutural das políticas públicas educacionais no Haiti, especialmente no que tange ao financiamento da educação básica.

Ao invés de adotar um modelo que transfere o custo da educação para as famílias, é fundamental que o Estado assuma a responsabilidade integral por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Embora a pesquisa tenha possibilitado um mapeamento consistente das principais contradições do sistema educacional haitiano, ainda permanecem lacunas importantes no entendimento dos impactos de longo prazo dessa estrutura híbrida sobre os resultados educacionais e sociais da população.

Investigações futuras poderão explorar, com base em dados empíricos, a eficácia de programas de intervenção e financiamento internacional voltados à reconstrução de um sistema público verdadeiramente inclusivo e equitativo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

presente estudo contribuiu significativamente para a compreensão crítica do sistema de ensino público haitiano, ao evidenciar as contradições entre o discurso da gratuidade e a prática da cobrança de mensalidades nas escolas denominadas “públicas”.

Ao sistematizar dados provenientes de relatórios institucionais, documentos oficiais e estudos acadêmicos recentes, foi possível demonstrar que a atual configuração do sistema educacional no Haiti aprofunda desigualdades sociais, reproduz mecanismos de exclusão e compromete o direito à educação das populações mais vulneráveis.

Entre os principais avanços alcançados, destaca-se a elucidação do paradoxo existente entre o ideal normativo da educação gratuita e universal e a realidade vivenciada pelas famílias haitianas. A análise revelou que o modelo híbrido adotado pelo Estado — ao exigir contribuições financeiras em escolas públicas — enfraquece as bases da inclusão educacional e da justiça social.

Os resultados do estudo reforçam a necessidade de reformas estruturais urgentes nas políticas educacionais haitianas, com foco na implementação efetiva da gratuidade, especialmente para crianças em situação de pobreza extrema, moradores de áreas rurais e grupos historicamente marginalizados.

As implicações práticas desta pesquisa podem subsidiar a formulação de políticas públicas mais justas e inclusivas, orientadas por um compromisso real com o direito à educação. Além disso, os achados têm potencial para informar estratégias de ação de organismos internacionais e organizações da sociedade civil que atuam na reconstrução educacional do país, contribuindo para uma transformação sustentável do sistema.

Apesar das contribuições oferecidas, reconhece-se que esta pesquisa possui limitações, especialmente no que se refere à ausência de dados quantitativos primários que permitam mensurar com maior precisão o impacto das mensalidades sobre os índices de matrícula, permanência e desempenho escolar. A carência de informações atualizadas e padronizadas em nível nacional também representa um desafio para a produção de diagnósticos mais completos.

Diante disso, recomenda-se que estudos futuros adotem abordagens empíricas, como pesquisas de campo e levantamentos estatísticos, que possam aprofundar o conhecimento sobre os efeitos concretos da exclusão escolar e avaliar a eficácia de políticas de intervenção. Investigações comparativas com outros países da América Latina e do Caribe também podem oferecer perspectivas enriquecedoras para a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo no Haiti.

REFERÊNCIAS

CRAHAY, M. **Educação e justiça social: para além das desigualdades de desempenho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CRENSHAW, K. **On Intersectionality: Essential Writings**. The New Press, 2017.

DEROSIERS, G. A. **Sociologie de l'éducation haïtienne: entre défis et résistances**. Port-au-Prince: Éditions Rupture, 2019.

EDUCATION CANNOT WAIT. **Haiti: Multi-Year Resilience Programme Report**. New York: ECW/UNICEF, 2022.

ELLEGARDE, F. J. **Le système éducatif haïtien: un modèle à refonder**. Port-au-Prince: Éditions de l'Université d'État d'Haïti, 2020.

FAFO. **Education in Haiti: Barriers to access and perspectives for reform**. Oslo: FAFO Research Foundation, 2021.

FRIGOTTO, G. **Educação e democracia: os desafios da escola pública no contexto neoliberal**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

HAITI. **Constitution de la République d'Haïti de 1987**. . [S.l: s.n.] . , 1987

HAITI. "Loi portant régularisation des frais scolaires, votée au Sénat de la République le 10 septembre 2009 et à la chambre des députés le 13 septembre 2009". . , 2017.

HAITI. Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle (MENFP). **Diagnostic du système éducatif haïtien: Rapport national**. Port-au-Prince: MENFP, 2018.

HAITI. **Relatório anual do Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional (MENFP) 2021**. Porto Príncipe: MENFP, 2021.

HAITI. Note d'information relatives aux frais scolaires - Gouvernement de la République d'Haïti. MENFP. 2024a. Disponível em: <https://communication.gouv.ht/communiqués/menfp-note-dinformation-relatives-aux-frais-scolaires/> Acesso em: 15 avr. 2025.

HAITI. Note circulaire du MENFP - Gouvernement de la République d'Haïti. MENFP. 2024b. <https://communication.gouv.ht/ds/education/> Acesso em: 15 avr. 2025.

JEAN-BAPTISTE, W. **État, école et société en Haïti**. Port-au-Prince: C3 Éditions, 2019.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LÓPEZ, L.; OLIVEIRA, R. Políticas públicas e exclusão educacional na América Latina. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York: Organização das Nações Unidas, 2015.

ST VICTOR, M., MARTINIÁK, V. L. A necessidade de uma educação para todos na sociedade haitiana de (1804 - 1843), **Revista Teias de Conhecimento**, v. 1, n. 4, 5 out. 2024. DOI: [10.5212/RevTeiasConhecimento.v1i1.2024.d](https://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.v1i1.2024.d). Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/view/23706>. Acesso em: 6 out. 2024.

TORRES, C. A. **Educação e neoliberalismo: análise crítica das reformas educacionais no contexto global.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2021.

UNESCO. **Education for Sustainable Development: A roadmap.** Paris: UNESCO, 2020b.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação: a educação no horizonte 2030.** Paris: UNESCO, 2020a.

UNICEF. **Éducation en Haïti: défis, inégalités et perspectives d'avenir.** Port-au-Prince: UNICEF Haïti, 2022.

UNICEF. **Haiti: Education and Children - Situation Analysis 2020.** Port-au-Prince, 2020.

UNICEF. **L'état de l'éducation en Haïti: défis et opportunités.** Port-au-Prince: UNICEF Haïti, 2021.

VERGER, A.; CARRINGTON, R.; LIMA, M. **Políticas educacionais e os desafios da educação pública no século XXI.** Barcelona: Editora Graó, 2022.